



Presidente do TSE, Edson Fachin cobra manifestação do chefe do Executivo sobre a reunião com embaixadores estrangeiros em que atacou o sistema de votação do país. Decisão do ministro atende a ações de partidos da oposição

Bolsonaro tem cinco dias para se explicar

» LUANA PATRIOLINO

O presidente Jair Bolsonaro e o PL têm cinco dias para se manifestar sobre as declarações do chefe do Executivo na reunião com os embaixadores estrangeiros, na qual ele tentou desacreditar as urnas eletrônicas. A decisão é do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, atendendo a ação protocolada pelo PDT.

O partido ainda pediu que o Facebook e o Instagram retirem os vídeos da reunião das páginas do presidente. A sigla requer, ainda, que a plataforma, o PL e Bolsonaro sejam multados “em patamar máximo” por propaganda eleitoral antecipada.

“A divulgação de fato sabidamente inverídico atinge a integridade do processo eleitoral, os processos de votação, apuração e totalização de votos”, argumentou o PDT.

Uma ação também foi protocolada pelo PT na última terça-feira, com esse mesmo indicativo. O partido pediu que o TSE derrube os vídeos da reunião de Bolsonaro com os embaixadores. O material está salvo nas redes sociais do chefe do Executivo e no canal oficial da TV Brasil no YouTube.

A legenda alega desinformação e propaganda antecipada e diz que o presidente buscou promoção pessoal visando às eleições, pois Bolsonaro exibiu imagens das motocicletas que vem promovendo em todo país. Já a Rede e o PCdoB pedem que o conteúdo seja retirado do YouTube.

O **Correio** entrou em contato com a Presidência da República e com o PL, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

“Basta”

A reunião, realizada na última segunda-feira, ocorreu no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Bolsonaro atacou a Justiça Eleitoral e a integridade das urnas. O chefe do Executivo repetiu notícias falsas sobre o processo eleitoral e, mais uma vez, acusou, sem provas, os magistrados de tentarem “desestabilizar” o seu governo.

Saiba mais

Prática de desinformação

No documento em que fixou prazo para o presidente Jair Bolsonaro e o PL se manifestarem sobre a reunião com embaixadores, o presidente do TSE, Edson Fachin, registrou que “os fatos retratados” pelos partidos “indicam que a aduzida prática de desinformação volta-se contra a lisura e confiabilidade do processo eleitoral, marcadamente, das urnas eletrônicas”.

Sobre propaganda eleitoral antecipada, alegada pelos partidos que entraram com ações — PDT, PT, Rede e PCdoB, Fachin afirmou que há questões processuais, como a inexistência de registro de candidatura de Bolsonaro, que precisam ser discutidas. Destacou, ainda, que Rede e PCdoB fazem parte de federações diferentes e é preciso averiguar “se há legitimidade ativa para que partidos políticos federados atuem isoladamente”.

Após os ataques, Fachin mandou recados duros a Bolsonaro. O magistrado disse que estão tentando “sequestrar a opinião pública” e que é hora de “dizer um basta à desinformação e ao populismo autoritário”.

Fachin disse que há um “inaceitável negacionismo eleitoral” e reiterou não existir nenhum indício de fraude nas urnas eletrônicas. “A Justiça Eleitoral está preparada e conduzirá a eleição de 2022 de forma limpa e transparente. Como vem fazendo nos últimos 90 anos. E nos últimos 26 anos de forma eletrônica para votação”, afirmou na ocasião. “Há um inaceitável negacionismo eleitoral por parte de uma personalidade importante dentro de um país democrático, e é muito grave a acusação de fraude (má-fé) a uma instituição, mais uma vez, sem apresentar provas”, acrescentou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Fachin: fatos “indicam que a aduzida prática de desinformação volta-se contra a lisura e confiabilidade do processo eleitoral”

Pedido para convocar CGU e AGU

O deputado Rogério Corrêa (PT-MG) apresentou um requerimento à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara, para ouvir os chefes da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Reportagem do Estadão mostrou que ambos colocaram as estruturas dos órgãos em defesa da tese do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o sistema eleitoral.

Wagner Rosário, da CGU, e Bruno Bianco, da AGU, estiveram na reunião de Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o presidente atacou o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), o Supremo Tribunal Federal (STF) e as urnas eletrônicas, sem provas. Poucos foram os ministros convidados. Rosário e Bianco sentaram-se nas primeiras filas.

A Câmara está em recesso e volta em 1º de agosto. A expectativa do deputado é de que o requerimento seja apreciado no dia seguinte, e a audiência seja marcada “com urgência”. No requerimento, o parlamentar pede, ainda, a convocação do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, que também esteve no encontro com os estrangeiros.

Correia pretende que os três esclareçam “como eles

colocaram essas instituições, desviando a finalidade delas, para dar respaldo e suporte a esses questionamentos infundados do presidente Jair Bolsonaro”. O deputado afirma que os ministros estão causando uma “instabilidade institucional”. “Esses ministros têm de ir lá explicar o que aconteceu”, afirmou. “Não é possível o silêncio da Câmara dos Deputados numa hora como essa. Até hoje, o presidente Arthur Lira (PP-AL) nada disse.”

Wagner Rosario foi instado a colocar a estrutura da pasta na defesa da tese presidencial, no último dia 5. Na ocasião,

Bolsonaro fez uma reunião ministerial na qual só tratou da alegada fragilidade das urnas eletrônicas. Sete dias depois, Rosário cadastrou uma equipe de oito auditores para participar do processo na condição de órgão fiscalizador das eleições.

Enquanto a CGU entra na Corte Eleitoral, a estrutura da AGU é usada para respaldar juridicamente os ataques de Bolsonaro ao sistema. Em agosto do ano passado, o órgão enviou parecer ao STF em uma ação na qual a Rede pedia que a Corte cobrasse do presidente as supostas provas de fraude no pleito de 2018.

Reino Unido elogia urnas: “Eficiência”

» RAPHAEL FELICE

Depois dos Estados Unidos, foi a vez de o Reino Unido elogiar o processo eleitoral brasileiro e destacar a confiança na democracia do país. A manifestação britânica é uma resposta à reunião promovida pelo presidente Jair Bolsonaro com embaixadores estrangeiros, na qual o chefe do Executivo levantou suspeitas sobre a lisura das urnas eletrônicas e criticou ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). “Esta semana tem sido marcada por um amplo debate público sobre o sistema eleitoral brasileiro. Acreditamos na força da democracia do Brasil, que conta com instituições sólidas e transparentes. Em eleições passadas,

o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas se mostraram seguras e passaram a ser reconhecidas internacionalmente por sua celeridade e eficiência”, publicou a embaixada do Reino Unido. “Reafirmamos nossa confiança no bom funcionamento do processo democrático do Brasil e esperamos que todo o país esteja comprometido com o respeito à democracia por meio de eleições livres e justas. Quem for escolhido pela nação brasileira poderá contar com o governo britânico para fortalecer as relações bilaterais e a amizade entre os dois povos”, acrescentou.

Já os Estados Unidos se posicionaram duas vezes. A mais recente na quarta-feira. Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado norte-americano afirmou

que as urnas eletrônicas do Brasil servem como “modelo para nações não apenas neste hemisfério, mas para o mundo”.

Outra reação foi do Sindimaraty. “O Serviço Exterior Brasileiro atua há décadas como braço operacional da Justiça Eleitoral no exterior. Contribui, assim, com a garantia constitucional do direito de voto às comunidades que compõem a diáspora brasileira emigrada”, diz o comunicado da entidade. “Ao nos aproximarmos das eleições em outubro, o Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores saúda os servidores responsáveis pela realização ordenada, pacífica e democrática das eleições de 2022 e reitera sua confiança na excelência do processo eleitoral brasileiro.”

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Na reunião, Bolsonaro levantou dúvidas sobre lisura das urnas

» Sarney defende processo eleitoral

Durante o evento de aniversário de 125 anos da Academia Brasileira de Letras (ABL), na quarta-feira, o ex-presidente José Sarney defendeu a democracia e o Poder Judiciário. Ele destacou que o Brasil precisa se unir em prol da cultura e da liberdade democrática. “Infelizmente, não é só a cultura brasileira que precisa, neste momento, ser defendida. Fui o presidente que conduziu a transição democrática, tenho a responsabilidade pessoal de defendê-la. Ela se consolidou pela prática continuada de eleições livres, sob a vigilância segura do Supremo Tribunal Federal”, disse, aplaudido pela plateia.